



ID: 51165537

05-12-2013

Faria de Oliveira é o "rosto"
do sector financeiro português.



Sector ameaça cobrar comissões pelos levantamentos no multibanco

APB quer defender-se da descida das taxas que bancos cobram aos comerciantes.

A implementação de limites às comissões pagas pelos comerciantes à banca pelos pagamentos com cartões electrónicos, que está a ser preparada por Bruxelas, pode levar os bancos a cobrarem comissões pelos levantamentos na rede Multibanco, considerou ontem Faria de Oliveira.

“Pode ser isso, [ou] pode ser o custo mais caro dos cartões. Há muitas modalidades que poderão vir a ser adoptadas”, admitiu aos jornalistas o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), à margem de uma conferência sobre o sistema de pagamentos promovida pela entidade que representa a banca, em Lisboa.

“Tudo o que agrava, em termos de custos, a actividade bancária, para melhorar a rentabilidade, tem que ter uma contrapartida de obtenção de receitas de uma outra qualquer via”, acrescentou.

E realçou: “Certo é que, nesta fase pela qual nós passamos, a rentabilidade dos bancos é negativa. É negativa e os resultados da banca europeia foram extremamente pesados em 2011, 2012, vão ser em 2013, e podemos estimar que 2014 ainda será um ano com resultados globais negativos.

Tal como já havia feito no seu discurso perante uma plateia atenta, composta essencialmente por profissionais do sector financeiro, Faria de Oliveira voltou a lançar críticas sobre a implementação de um tecto máximo, a nível europeu, às comissões cobradas pela banca junto do retalho pela utilização de meios de pagamento electrónicos.

“O princípio da subsidiariedade está a ser posto em causa com este tipo de legislação e devem ser atendidas as circunstâncias específicas dos Estados-membros e permitir que haja uma regulação interna deste tipo de situações”, frisou o banqueiro.

“A concorrência existe plenamente, esse factor não está em causa, portanto, não se consegue perceber a razão da limi-

tação, por via administrativa, sobre um exercício normal de uma actividade numa economia de mercado”, assinalou.

Segundo Faria de Oliveira, “todas as medidas que são aplicadas devem ser analisadas nos seus impactos”, pelo que “este regulamento que impõe o pla-

“

Tudo o que agrava, em termos de custos, a actividade bancária, tem de ter uma contrapartida de obtenção de receitas de uma outra qualquer via.

Fernando Faria de Oliveira
Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

fonamento das taxas que são aplicadas é manifestamente desvantajoso para o conjunto dos países da periferia, em particular para Portugal, em relação ao conjunto dos países do resto da Europa”.

O responsável puxou dos números, salientando que “95% das transacções com cartões são realizadas em termos internos, não são efectuadas entre países, e esta legislação pretende fazer uma harmonização para os pagamentos que se realizam ‘cross border’, isto é, entre países”. Por isso, na sua opinião, a implementação desta medida pela Comissão Europeia “não faz sentido”.

Por outro lado, vincou o porta-voz da banca portuguesa, “enquanto se verificar uma fragmentação financeira como a que existe, penalizando fortemente a concessão de crédito à economia em que, como é sabido, o custo é muito mais elevado em Portugal do que noutros países, criar condições de agravamento da situação da banca que acabam por se repercutir na economia é profundamente desvantajoso”.

Questionado sobre o estudo de David Evans, professor da Universidade de Chicago, hoje apresentado na mesma iniciativa da APB, acerca do impacto da aplicação desta regra em Portugal, que poderá implicar a perda de receitas anuais próximas de 140 milhões de euros para os bancos, Faria de Oliveira voltou a dizer que os bancos vão ter que compensar esta quebra com algum tipo de iniciativa.

Para que os bancos pudessem começar a cobrar comissões pelo levantamento de dinheiro na rede Multibanco teria que haver uma alteração legislativa, já que neste momento tal não é permitido.

A Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) reagiu ontem às posições da APB, através de comunicado. Não só “aplaude a legislação europeia para limitar as comissões pagas à banca pelos comerciantes pelos pagamentos com cartões electrónicos”, como afasta qualquer razão para que os bancos passem a cobrar pela utilização do Multibanco. ■ T.F. com Lusa



Ana Isabel Trigo
Directora-Geral da APED

“O que está aqui em causa é que os bancos vão ter uma falta de receita por via de legislação europeia, que quer limitar as taxas, e, por isso, sentem-se tentados a cobrar comissões por levantamentos no Multibanco, o que até agora é proibido por lei em Portugal”.



ID: 51165537

05-12-2013

Paulo Alexandre Coelho

Faria de Oliveira ameaça cobrar comissões para levantamentos no multibanco

O presidente da APB admite medida para compensar a proposta de Bruxelas para baixar as taxas que os comerciantes pagam à banca. ➔ **P35**

